COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

PROJETO DE LEI Nº 2.710, DE 2011

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado LÚCIO VALE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.710, de 2011, oriundo do Senado Federal, autoriza o Poder Executivo a criar uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município de Cristalina, no Estado de Goiás.

De acordo com a proposição, a criação, as características, os objetivos e o funcionamento dessa ZPE serão regulados pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, bem como pela legislação pertinente.

O projeto tramitará, ainda, pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Indústria e Comércio, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Chega para análise desta Comissão, o Projeto de Lei nº 2.710, de 2011, oriundo do Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo a criar a Zona de Processamento de Exportação no município de Cristalina, Estado de Goiás.

As ZPE são áreas de livre comércio, onde as empresas nelas instaladas gozam de um regime aduaneiro e cambial especial, entre outras facilidades administrativas e tributárias. Cria-se uma ZPE com o objetivo de reduzir os desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos, além de promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

O Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, estabeleceu o regime tributário, cambial e administrativo das ZPE, instituindo, no Brasil, esse instrumento de política de desenvolvimento. Atualmente, a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, é o instrumento que regula o funcionamento desses enclaves. Alguns dispositivos foram acrescentados à Lei de 2007, pelas Leis nºs 12.507, de 11 de outubro de 2011, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

Conforme expôs o Senador Gim Argello, autor da proposta, o município de Cristalina tem potencial econômico e uma boa infraestrutura de transporte e *“a instalação de uma ZPE em seu território contribuiria para fomentar seu desenvolvimento, já que poderia ser agregado valor à produção local, que seria posteriormente dirigida ao mercado externo.”* Depois, o Senador defende que o crescimento econômico de Cristalina beneficiará a população do entorno do Distrito Federal, reduzindo a pressão sobre os serviços públicos na Capital Federal.

De fato, a localização privilegiada do município, muito próxima do Distrito Federal e de importantes polos econômicos de Goiás e de Minas Gerais, poderá trazer benefícios à economia local e de seu entorno. Cristalina também está próxima dos aeroportos de Brasília e de Goiânia, bem como dos portos secos de Brasília e de Anápolis, o que facilita o escoamento da produção para o exterior.

Acreditamos, assim, que o município goiano de Cristalina apresenta as condições exigidas para a instalação de um enclave destinado à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados exclusivamente no exterior. A ZPE de Cristalina, quando instalada, terá possibilidades concretas de atrair novos investimentos para a região central do País e, com isso, gerar empregos, melhorando a renda da população concentrada no entorno do Distrito Federal que exerce pressão sobre os serviços públicos e o mercado de trabalho da capital.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.710, de 2011, quanto ao mérito desta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Sala da Comissão, em 23 de abril de 2013.

Deputado LÚCIO VALE
Relator